



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS MACEIÓ
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS

EDIVAL GOMES DA SILVA

**TECENDO HISTÓRIAS: TRABALHO, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E O
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA FÁBRICA CÁRMEN, FERNÃO
VELHO – AL. (1950-1966)**

MACEIÓ, AL.

2026

EDIVAL GOMES DA SILVA

TECENDO HISTÓRIAS: TRABALHO, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E O PARTIDO
COMUNISTA BRASILEIRO NA FÁBRICA CÁRMEN, EM FERNÃO VELHO –
MACEIÓ – AL. (1950-1966)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de pós graduação em História de
Alagoas, Campus Maceió, como requisito
parcial para obtenção de grau de Especialista
em História de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Duarte
Machado

MACEIÓ, AL.

2026



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

981.35

S237t

Silva, Edival Gomes da.

Tecendo histórias [recurso eletrônico] : trabalho, resistência operária e o Partido Comunista Brasileiro na Fábrica Cármem, Fernão Velho AL. (1950-1966) / Edival Gomes da Silva. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1,03 MB). – 2026.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

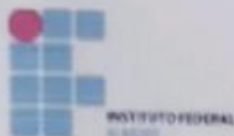
Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História de Alagoas) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2026.

1. História de Alagoas. 2. Movimento operário. 3. Partido Comunista Brasileiro (PCB). 4. Fábrica Cármem (AL). 5. Cultura de resistência. 6. Memória social. I. Título.

Franciane Monick Gomes de França
Bibliotecária – CRB 4/1831



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica Instituto Federal de Alagoas
Reitoria

ATA DE DEFESA DO TCC

A 31 de Março de 2026, às 15 horas, foi realizada na sala 19 do Ifal (campus Maceió) a solenidade de defesa de TCC de **EDIVAL GOMES DA SILVA**, matrícula 2024201830 com o tema **TECENDO HISTÓRIAS: TRABALHO, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO NA FÁBRICA CÂRMEN, EM FERNÃO VELHO – MACEIÓ/AL (1950–1966)** Como pré-requisito para a conclusão do Curso de Especialização em História de Alagoas (campus Maceió).

**PARECER
FINAL**

Aprovado com nota 9,0, mediante a execução das correções apontadas pela banca.

ALUNOS

1. **EDIVAL GOMES DA SILVA**

2.

**ASSINATURA DA BANCA
EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente
FABIANO DUARTE MACHADO
Data: 14/04/2026 10:24:03-0300
verifique em <https://validar.ifal.gov.br>

Orientador/Presidente da Banca
Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado

Documento assinado digitalmente
AMARO HELIO LEITE DA SILVA
Data: 14/04/2026 12:38:40-0300
verifique em <https://validar.ifal.gov.br>

Avaliador 1
Prof. Dr. Amaro Hélio Leite da Silva

Documento assinado digitalmente
IVO DOS SANTOS FARIAS
Data: 14/04/2026 13:52:19-0300
verifique em <https://validar.ifal.gov.br>

Avaliador 2
Prof. Dr. Ivo dos Santos Farias

Dedico este trabalho, antes de tudo, às raízes que me sustentam.

À minha mãezinha Lindinalva (in memoriam), cujo amor silencioso e força cotidiana foram meu primeiro exemplo de dignidade. Ao meu avô, que foi também meu pai, José Gomes da Silva (in memoriam), contramestre de tecelagem da Fábrica Cármen, homem de mãos marcadas pelo trabalho e de caráter moldado pela honestidade, que me ensinou, pelo exemplo, que o labor não é apenas meio de sustento, mas também fonte de identidade e honra.

Ao meu irmão Ednaldo (in memoriam) e à minha irmã Leoneide, companheiros de jornada na vida e no trabalho, que também fizeram parte da história da fábrica. Nossa trajetória familiar confunde-se com a própria história daquele chão de fábrica, onde aprendemos o valor do esforço coletivo, da solidariedade e da resistência.

Dedico, igualmente, aos trabalhadores e trabalhadoras da Fábrica Cármen, especialmente àqueles que viveram os anos de intensas transformações entre as décadas de 1950 e 1980. Homens e mulheres que, entre teares, fios e longas jornadas, construíram não apenas tecidos, mas também laços de comunidade, consciência de classe e memória social. Suas lutas, seus silêncios e suas resistências permanecem vivos na história de Fernão Velho e de Alagoas.

Aos meus amados filhos, Samir e Thales, razão maior da minha vida e inspiração constante para seguir aprendendo e construindo. Que este trabalho seja também um testemunho de perseverança e de compromisso com a história daqueles que vieram antes de nós.

E, de modo muito especial, à minha digníssima esposa, Fátima, companheira de todas as horas, cuja presença firme, incentivo incansável e compreensão amorosa tornaram possível cada etapa desta caminhada. Se hoje estas páginas se concretizam, é porque sua força esteve ao meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força e perseverança concedidas ao longo desta caminhada.

À minha família, pelo apoio incondicional, compreensão e incentivo permanente, especialmente nos momentos em que conciliar trabalho, estudo e vida pessoal exigiu esforço redobrado.

Ao meu orientador, **Fabiano Duarte Machado**, professor titular do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), pela condução atenta, pelas críticas construtivas e pelo rigor acadêmico que contribuíram decisivamente para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos professores do curso de Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, pelas reflexões teóricas e metodológicas que ampliaram meu olhar sobre a história social do trabalho e fortaleceram a fundamentação deste estudo.

Aos autores e pesquisadores que se dedicaram à história do movimento operário brasileiro e alagoano, cujas obras tornaram possível a reconstrução crítica do contexto histórico da Fábrica Cármen e da atuação do Partido Comunista Brasileiro em Fernão Velho.

Aos colegas de curso, pelo companheirismo e pelas trocas intelectuais que enriqueceram esta trajetória acadêmica.

E, de modo especial, aos operários e operárias que, por meio de suas memórias, experiências e resistências, contribuíram para que esta pesquisa não fosse apenas um exercício acadêmico, mas também um gesto de reconhecimento histórico.

O poeta cubano José Martí cunhou uma frase que foi popularmente editada e é muito usada: “Plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro: três coisas que toda pessoa deve fazer durante a vida”. Por que um filho, um livro e uma árvore eternizam uma pessoa? busca dar algum sentido existencial ao ser humano por meio da família e da descendência, de suas memórias (escrever um livro é uma realização de prestígio) e de uma contribuição longa ao habitat e ao meio ambiente ...

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa a trajetória da Fábrica Cármén e as relações sociais constituídas em seu entorno, articulando revisão bibliográfica com memórias e experiências do autor enquanto ex-operário e morador de Fernão Velho, em Maceió/AL. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamenta-se em revisão histórico-social e política, complementada por registros e narrativas memoriais, dialogando com autores como Antônio Gramsci, Eric J. Hobsbawm e Edward P. Thompson. O recorte temporal compreende o período de 1950 a 1966, marcado pela atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na comunidade e pelas diferentes configurações políticas estaduais e nacionais. O estudo discute as rotinas de trabalho, as formas de organização operária e os mecanismos de vigilância e repressão estatal sobre os trabalhadores. A análise demonstra que a atuação comunista contribuiu para a politização do operariado e para a construção de formas de resistência coletiva e consciência de classe. Conclui-se que a Fábrica Cármén constituiu-se não apenas como unidade produtiva, mas também como espaço de sociabilidade, conflito e formação política, evidenciando a importância da memória social na preservação das experiências do trabalho e das lutas operárias em Alagoas.

Palavras-chave: Fábrica Cármén; movimento operário; Partido Comunista Brasileiro; cultura de resistência; memória social.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis analyzes the trajectory of Fábrica Cármén and the social relations established around it, articulating bibliographic review with the author's memories and experiences as a former worker and resident of Fernão Velho, in Maceió, Alagoas. The research adopts a qualitative approach, based on historical, social, and political literature review, complemented by records and memorial narratives, engaging with theorists such as Antonio Gramsci, Eric J. Hobsbawm, and Edward P. Thompson. The time frame covers the period from 1950 to 1966, marked by the significant presence of the Brazilian Communist Party (PCB) within the community and by different political configurations at the state and national levels. The study discusses work routines, forms of workers' organization, and state mechanisms of surveillance and repression directed at labor movements. The analysis demonstrates that communist activity significantly contributed to the politicization of the working class and to the development of collective resistance and class consciousness. It is concluded that Fábrica Cármén was constituted not only as a productive unit, but also as a space of sociability, conflict, and political formation, highlighting the importance of social memory in preserving labor experiences and workers' struggles in Alagoas.

Keywords: Fábrica Cármén; labor movement; Brazilian Communist Party; culture of resistance; social memory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: REVISÃO DE LITERATURA – HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA CLÁSSICA, NACIONAL E REGIONAL.....	11
2.1	HOBSBAWM E A HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA: DIMENSÃO POLÍTICA E CULTURAL DA CLASSE TRABALHADORA.....	11
2.2	CONTINUIDADE, MUDANÇA E CULTURA OPERÁRIA: ANÁLISE DE LONGA DURAÇÃO.....	12
2.3	THOMPSON E A FORMAÇÃO DA CLASSE: CULTURA, MEMÓRIA E AÇÃO COLETIVA.....	13
2.4	HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA NACIONAL.....	15
2.4.1	Expressões regionais do movimento operário.....	15
2.5	HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA REGIONAL.....	16
2.5.1	A república e o movimento operário em Alagoas: a redenção dos filhos do trabalho.....	16
2.5.2	O estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas.....	18
2.5.3	Do tecer da memória ao tecido da história.....	19
2.5.4	Os fios tecidos da memória: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962.....	21
3	A FÁBRICA CÁRMEN E O BAIRRO FERNÃO VELHO: ESPAÇO E COTIDIANO OPERÁRIO.....	24
3.1	O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E SUA ATUAÇÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO TÊXTIL DO NORDESTE.....	25
3.2	O MOVIMENTO, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E CONFLITOS SOCIAIS.....	26
3.3	A INFLUÊNCIA DO PCB EM FERNÃO VELHO E NA FÁBRICA CÁRMEN.....	28

3.4	IMPACTOS SOCIAIS DA ATUAÇÃO DO PCB E DA RESISTÊNCIA OPERÁRIA EM FERNÃO VELHO E NA FÁBRICA CÁRMEN	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar a trajetória histórica da Fábrica Cármén, com ênfase nas relações sociais de trabalho, nas dinâmicas do cotidiano operário e nas formas de resistência coletiva desenvolvidas pelos trabalhadores no espaço fabril e no bairro de Fernão Velho, em Alagoas. A pesquisa articula revisão de literatura com memórias e experiências vividas enquanto ex-operário e morador da localidade, permitindo uma abordagem que integra vivência e análise histórica.

Como objetivos específicos, busca-se:

- a) compreender a organização das rotinas laborais e as condições de trabalho no interior da fábrica;
- b) analisar as dinâmicas sociais e as formas de sociabilidade construídas no cotidiano dos trabalhadores;
- c) identificar as estratégias de resistência e organização coletiva desenvolvidas no espaço fabril e na comunidade;
- d) investigar o contexto histórico, político e social da Fábrica Cármén em períodos anteriores à experiência do autor.
- e) examinar a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua influência no movimento operário local.

A partir desses objetivos, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como as relações de trabalho e as experiências cotidianas dos operários da Fábrica Cármén contribuíram para a formação de práticas de resistência e organização coletiva no bairro de Fernão Velho? Além disso, busca-se compreender de que maneira fatores políticos, como a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), interferiram nesse processo?

A investigação adota uma metodologia qualitativa (Minayo, 2014), fundamentada em revisão bibliográfica de caráter histórico-social e político (Gramsci, 2000). A opção pela revisão bibliográfica se justifica também pela escassez e fragmentação das fontes primárias relativas à Fábrica Cármén, o que torna a literatura especializada o caminho mais consistente para reconstruir o contexto histórico e político do período. Além disso, essa abordagem permite identificar convergências e contradições entre diferentes interpretações historiográficas, situando o caso de Fernão Velho dentro das tendências mais amplas da história social do trabalho no Brasil. O estudo dialoga com autores clássicos da historiografia do trabalho, como Hobsbawm (2000, 2005), Thompson (2002) e Hardman

(1982), além de incorporar análises fundamentais da historiografia alagoana e brasileira, como Almeida (2022), Maciel (2009), Farias (2014) e Tavares (2016).

Minha trajetória pessoal oferece elementos que reforçam a relevância do tema. Nascido em 1960 em uma família operária do bairro, cresci em meio à forte presença da Fábrica Cármem na vida comunitária. Meu avô, contramestre de tecelagem, trabalhava na fábrica e, por isso, morávamos na casa pertencente à empresa. Mais tarde, meu irmão, minha irmã e eu assumimos também funções na indústria. Vivenciei, assim, tanto o cotidiano fabril quanto os impactos sociais e políticos que marcaram o período, inclusive o primeiro contato marcante com a repressão da ditadura militar, quando, ainda criança, fui punido por escrever com a mão esquerda, gesto interpretado, de forma absurda, como “ato comunista” pela minha professora.

Iniciei minha trajetória operária em 1977, aos 17 anos, conciliando trabalho diurno com estudos noturnos. Posteriormente, realizei curso técnico têxtil em São Paulo e retornei a Maceió para atuar no Laboratório Físico e de Qualidade da Fábrica Cármem. Essa experiência possibilitou não apenas a inserção direta no cotidiano fabril, mas também uma compreensão mais ampla das limitações estruturais do parque industrial alagoano, especialmente no que se refere à defasagem tecnológica.

A vivência no setor técnico evidenciou as dificuldades de modernização dos processos produtivos, o que contribuiu para meu envolvimento em iniciativas internas voltadas à capacitação e à melhoria da qualidade. Nesse sentido, a percepção dessas defasagens não se restringe ao plano individual, mas aponta para questões mais amplas relacionadas ao desenvolvimento industrial regional, constituindo um eixo relevante para aprofundamentos analíticos posteriores.

Um dos episódios mais marcantes desse período ocorreu em 1981, durante uma tentativa de fechamento da fábrica. Na ocasião, questionei a decisão do administrador recém-chegado e apresentei o funcionamento da cadeia produtiva, contribuindo para a revisão do plano de encerramento das atividades. Esse episódio evidencia, por um lado, o conhecimento técnico acumulado pelos trabalhadores e, por outro, as tensões entre gestão e operariado no contexto de crise e reestruturação produtiva.

Assim, parte-se da hipótese de que a Fábrica Cármem não se constituiu apenas como espaço de exploração da força de trabalho, mas também como um importante núcleo de sociabilidade, politização e construção de identidades coletivas, no qual os trabalhadores desenvolveram estratégias de resistência articuladas tanto no interior da fábrica quanto na comunidade, sendo o PCB um agente relevante na ampliação da consciência política e organizativa desses sujeitos. O recorte temporal justifica-se pela intensa atividade política do partido na comunidade, especialmente entre 1953 e 1962, e pelos diferentes contextos governamentais que marcaram o período: o governo de Arno de

Melo (1951–1955), caracterizado pela repressão e clandestinidade comunista; o de Sebastião Marinho Muniz Falcão (1956–1961), mais favorável ao sindicalismo; e o de Luiz Cavalcante (1961–1966), que retomou a perseguição ao PCB e preparou o estado para o golpe civil militar de 1964.

Com base nesses pressupostos, a pesquisa busca compreender a influência exercida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Fábrica Cármén, no período entre 1950 e 1966, analisando de que maneira sua atuação interferiu nas relações estabelecidas entre patrões e operários e quais foram os impactos sociais e políticos decorrentes dessa presença na comunidade de Fernão Velho.

A revisão bibliográfica foi conduzida a partir da análise de obras clássicas e contemporâneas sobre o movimento operário brasileiro e alagoano, priorizando autores que discutem as intersecções entre memória, cultura e trabalho, bem como a formação de identidades operárias em contextos de conflito político. Dessa forma, busca-se articular a experiência local de Fernão Velho com as tendências mais amplas da história social do trabalho no Brasil do século XX.

Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as investigações sobre o mundo do trabalho em Alagoas, especialmente no que se refere às experiências operárias em espaços fabris têxteis. Ao privilegiar a Fábrica Cármén como objeto de análise, busca-se contribuir para a consolidação de uma história social do trabalho que considere tanto as estruturas produtivas quanto as dimensões culturais e políticas que emergem do cotidiano operário.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS: HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA CLÁSSICA, NACIONAL E REGIONAL

2.1 HOBBSAWM E A HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA: DIMENSÃO POLÍTICA E CULTURAL DA CLASSE TRABALHADORA

O capítulo introdutório da obra *Mundos do Trabalho*, de Eric J. Hobsbawm (2000), reflete sobre os rumos da historiografia operária, enfatizando a necessidade de compreender a classe trabalhadora como sujeito histórico ativo, e não apenas como uma categoria econômica, nesse sentido, o autor afirma que [...] a história operária é por tradição um tema altamente politizado, e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades [...] (Hobsbawm, p.15, 2000). Nessa perspectiva, Hobsbawm, reconhece que,

[...] a história de qualquer classe não pode ser escrita se a isolarmos de outras classes, dos Estados, instituições e ideias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente, das transformações das economias que requerem o trabalho assalariado industrial e que, portanto, criaram e transformaram as classes que o executam. [...] (Hobsbawm, p.11, 2000).

Assim, o autor reconhece que a história operária surgiu vinculada ao marxismo e ao movimento socialista, defendendo que tal envolvimento ideológico não a desqualifica, mas revela seu compromisso com os interesses dos trabalhadores.

Hobsbawm critica as visões economicistas que reduzem a classe à sua função produtiva e defende uma abordagem multidisciplinar, integrando elementos da cultura, organização e resistência. Neste sentido o autor em tela ressalta que: [...] os economistas acreditavam que as recompensas do trabalho (com ou sem assistência) fossem geralmente proporcionais ao mérito e à superioridade física, intelectual e moral [...] (Hobsbawm, p.217, 2000).

Outra crítica do autor refere-se à teoria dos sindicatos gerais de 1889, relativa aos trabalhadores que atuavam fora das fábricas:

A teoria em mente dos fundadores dos sindicatos gerais de 1889 (e de seus predecessores) era razoavelmente simples. O "trabalhador", móvel, indefeso, mudando de um ofício para outro, era incapaz de usar as táticas ortodoxas do sindicalismo dos ofícios. Possuindo "simplesmente o valor geral do trabalho" ele não podia, como o "homem habilitado", reforçar um certo valor de carência por vários métodos restritivos, assim "mantendo alto o seu preço". Sua única chance, portanto, era recrutar para um sindicato gigantesco todos aqueles que possivelmente podiam furar suas greves em última análise todo homem, mulher ou adolescente "não-habilitado" do país, e assim criar uma vasta profissão fechada. (Hobsbawm, p.216, 2000).

A fragmentação das fontes e invisibilidade de setores como mulheres e trabalhadores não industrializados também são desafios destacados. Por isso, propõe uma ampliação do conceito de classe, que abarque experiências para além da fábrica.

Essa perspectiva se reafirma no capítulo 10 de *Os Trabalhadores*, que trata dos sindicatos gerais ingleses (1889-1914), e no capítulo 11, sobre os sindicatos portuários. Ambos os textos evidenciam que, mesmo os trabalhadores não especializados ou em condições precárias, como os portuários, conseguiram construir formas robustas de organização coletiva, pautadas por solidariedade, tradições locais e cultura de resistência, conforme segue:

[...] Quanto mais pobre e mais casual o estivador, mais se apegava ele à justiça grosseira do casualismo, mesmo que esta fosse apenas justiça da loteria, na qual qualquer um podia tirar o número da sorte. O que quer que o economista ou o organizador dissesse, portanto, a autopreservação impelia o estivador não-habilitado a uma política de solidariedade; de distribuição "justa" do trabalho que estivesse disponível [...] (Hobsbawm, p.247, 2000).

Essas organizações foram fundamentais em greves e mobilizações que desafiaram o capital e o Estado, mostrando que a luta de classes se expressa em contextos diversos, inclusive fora das indústrias clássicas. Hobsbawm contribui assim para a ampliação do escopo da história operária, valorizando as formas autônomas de luta dos segmentos marginalizados da classe trabalhadora.

Com base nas reflexões teóricas metodológicas de Hobsbawm (2000), identificamos a importância da organização sindical de trabalhadores especializados ou não na busca do reconhecimento da classe e na luta pelos seus direitos. Essas reflexões fornecem o caminho historiográfico para compreender a dinâmica das relações sociais e políticas no interior da Fábrica Cármen.

Tal dinâmica se manifesta por meio da construção de vínculos de solidariedade entre os trabalhadores, da organização de mobilizações coletivas — como greves, reivindicações e articulações políticas — e da formação de uma consciência de classe que ultrapassa o espaço fabril, alcançando a comunidade de Fernão Velho. Nesse sentido, as formas de resistência coletiva não se limitam ao ambiente de trabalho, mas se estendem ao cotidiano social, envolvendo redes de apoio, práticas associativas e a circulação de ideias políticas.

2.2 CONTINUIDADE, MUDANÇA E CULTURA OPERÁRIA: ANÁLISES DE LONGA DURAÇÃO

Ainda com base na obra *Os Trabalhadores* de Hobsbawm (2000), em seu capítulo 16, *Tendências do Movimento Trabalhista Inglês desde 1850*, o autor examina transformações estruturais no movimento sindical britânico, enfocando que,

A tendência geral do movimento se fez sentida através de uma série de curvas em zigue-zague, períodos de progresso radical sucedidos por outros de conservantismo relativo ou regressão absoluta. Assim, os períodos de militância no começo da década de 1850, no fim da de 1860 e começo da de 70, o começo da de 1890, 1910-14, o meio e o fim da de 1930, e 1941-5 foram seguidos por oscilações na direção oposta, tais como, por exemplo, a mudança marcada para a direita no Congresso Sindical após a Greve Geral, e no governo trabalhista depois de 1945 (Hobsbawm, p.369, 2000).

Aponta ainda a institucionalização dos sindicatos, a moderação ideológica e a crescente burocratização como traços predominantes, mas não hegemônicos. Em meio a esses processos, surgiram também movimentos radicais e baseados na militância operária direta.

A aliança com o Partido Trabalhista fortaleceu o sindicalismo no plano institucional, mas, ao mesmo tempo, limitou seu potencial transformador. Hobsbawm relativiza o modelo britânico de sindicalismo, destacando suas contradições e tensões internas entre as elites sindicais e a base operária.

O historiador em tela trata dos *Costumes, Salários e Carga de Trabalho na Indústria do Século XIX*, analisa práticas cotidianas que moldavam as relações de trabalho, o que chamou de “regras do jogo” demonstrando que:

Os trabalhadores aprenderam a considerar o trabalho como uma mercadoria a ser vendida nas condições historicamente peculiares de uma economia capitalista livre; mas, onde eles tinham escolha na questão, ainda fixavam o preço básico pedido e a quantidade e qualidade do trabalho por critérios não-econômicos. Os patrões aprenderam o valor da utilização intensiva em vez de extensiva da mão de obra e em menor extensão dos incentivos, mas ainda mediam o grau de utilização da mão de obra pelo costume, ou empiricamente - se é que mediam (Hobsbawm, p.400, 2000).

No caso da Fábrica Cármén, tais elementos também podem ser identificados. Os trabalhadores, ainda que submetidos à disciplina fabril, desenvolviam estratégias práticas de regulação do trabalho, seja por meio do controle do ritmo produtivo, da negociação informal de tarefas, de pequenas interrupções no processo produtivo ou da construção de acordos implícitos entre colegas. Essas práticas revelam a existência de uma “moral econômica” operária, na qual critérios não estritamente econômicos como solidariedade, justiça e experiência compartilhada — orientavam o comportamento no trabalho.

Dessa forma, assim como observado por Hobsbawm, a disciplina imposta pelo capital não eliminava completamente a autonomia dos trabalhadores, mas era constantemente tensionada por essas práticas cotidianas. Na Fábrica Cármén, essas formas de resistência “invisível” contribuíram para a construção de um campo de negociação permanente entre operários e patrões, no qual os limites da exploração eram, ainda que parcialmente, definidos também pelos trabalhadores.

Esse olhar cultural amplia a compreensão da luta de classes, mostrando que a resistência também se expressa no cotidiano e na simbologia das relações laborais. Nesse estudo também discutiremos as estratégias utilizadas no cotidiano dos operários da Fábrica Cármén, na forma de utilização da sua força de trabalho como “moeda de troca”, por melhores salários, condições de trabalho e resistência.

2.3 THOMPSON E A FORMAÇÃO DA CLASSE: CULTURA, MEMÓRIA E AÇÃO COLETIVA

O autor apresenta uma compreensão de consciência de classe que se afasta de explicações mecanicistas ou economicamente deterministas. No capítulo 4 do volume III da obra “*A Formação da Classe Operária Inglesa* (2002)”, Edward P. Thompson desenvolve sua concepção de consciência de classe como um processo histórico e cultural em construção. Ele rejeita abordagens deterministas e afirma que a consciência emerge da experiência concreta dos trabalhadores em meio às transformações do capitalismo industrial, tais afirmações encontramos no trecho abaixo descrito:

Assim, a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como “classes industriais” e, de outro, a Câmara não-reformada dos Comuns. De 1830 em diante, veio a amadurecer uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional, mais claramente definida, com a qual os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas (Thompson, 2002, p.304).

Nesse sentido, surgiram na época outros movimentos como os luditas e os radicais democráticos que se apresentavam como espaços de formação identitária, nos quais se consolidavam práticas de resistência, solidariedade e construção de sentido. A tradição e a memória coletiva eram valorizadas como fontes de justificação moral para as lutas. Encontramos lastro desses movimentos nos escritos de Thompson quando afirma, “[...] Na época luddista (quando poucos não operários teriam apoiado suas ações), as mensagens anônimas variam desde digressões autoconscientes sobre a “liberdade com seus Sorridentes Atributos” até pichações quase ilegíveis em muros [...]” (Thompson, 2002, p.306).

Para Thompson, a classe operária é um sujeito histórico que produz cultura, valores e projetos de transformação social. Sua análise dialoga com a de Hobsbawm, mas enfatiza ainda mais a dimensão cultural e simbólica da formação da classe. Ambos os autores convergem na recusa a modelos mecanicistas e na defesa de uma história do trabalho que reconheça a organização dos trabalhadores.

A leitura conjunta dos capítulos de Hobsbawm e Thompson revela uma interpretação rica e complexa da formação da classe trabalhadora. Ambos autores valorizam a cultura operária como espaço de resistência, identidade e ação coletiva. Enquanto Hobsbawm investiga a organização sindical, as condições laborais e os desafios institucionais, Thompson foca na construção da consciência e nas práticas culturais do cotidiano operário.

Em conjunto, suas obras fornecem fundamentos teórico-metodológicos para pensar a história do trabalho como campo plural, atento às experiências diversas dos trabalhadores e à sua capacidade

de produzir história. Tal abordagem permite uma releitura das experiências brasileiras e regionais, como as lutas operárias em Alagoas, em especial na Fábrica Cármem, foco deste estudo, onde avaliaremos como se deu a formação da consciência de classe no sindicato e fora dele (no que foi denominado de “senado”) a partir de categorias analíticas sensíveis à cultura, à memória e à resistência cotidiana na indústria fabril.

2.4 - HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA NACIONAL

2.4.1 Expressões regionais do movimento operário

Este tópico tem como referência a obra de Francisco Foot Hardman (1982), que aborda a diversidade de experiências e formas de organização do movimento operário no Brasil, ressaltando que este não se constituiu de maneira homogênea, mas sim adaptada às especificidades econômicas, sociais e culturais de cada região. Hardman demonstra que a industrialização desigual e a heterogeneidade da classe trabalhadora composta por imigrantes, trabalhadores nacionais, negros libertos e camadas empobrecidas moldaram estratégias de luta e pautas reivindicatórias diferenciadas.

No eixo Sudeste, marcado pela concentração industrial, emergiram sindicatos mais estruturados, influenciados pelo anarco-sindicalismo e, posteriormente, pelo sindicalismo oficial. No Nordeste, onde predominavam indústrias têxteis e atividades portuárias, as lutas operárias incorporaram elementos da cultura popular e apresentaram forte articulação com questões de sobrevivência cotidiana. No Sul, a presença de colônias imigrantes favoreceu a circulação de ideologias socialistas e cooperativistas, resultando em associações mutualistas e jornais operários.

Hardman (1982), enfatiza que as expressões regionais do movimento operário não devem ser interpretadas como fragmentações isoladas, mas como manifestações específicas de um mesmo processo de afirmação da classe trabalhadora no Brasil. Essa diversidade reforça a importância de uma abordagem historiográfica que valorize as dimensões locais sem perder de vista a articulação com o cenário nacional.

Assim, o autor contribui para ampliar a compreensão da história social do trabalho no país, demonstrando que a cultura operária e as práticas de resistência foram moldadas por condições estruturais, mas também por identidades e sociabilidades forjadas no cotidiano.

À luz das reflexões de Hardman (1982), é possível compreender de maneira mais consistente as influências dos movimentos operários nacionais sobre a experiência histórica dos trabalhadores da Fábrica Cármem. A análise das expressões regionais do movimento operário fornece subsídios teóricos e metodológicos para interpretar como pautas, formas de organização e repertórios de luta, elaborados em âmbito nacional, foram apropriados, ressignificados e reelaborados no contexto local

dessa unidade fabril. Dessa forma, o referencial de Hardman contribui para situar o caso da Fábrica Carmem no interior de um processo mais amplo de formação da classe trabalhadora no Brasil, evidenciando que as práticas de resistência e as identidades operárias ali constituídas resultaram tanto das condições estruturais do trabalho quanto das mediações culturais e sociais próprias do cotidiano dos trabalhadores.

2.5 HISTORIOGRAFIA OPERÁRIA REGIONAL

2.5.1 A república e o movimento operário de alagoas: a redenção dos filhos do trabalho

Esta seção tem como referência a obra de Luiz Sávio de Almeida (2022), constitui uma análise histórica e sociopolítica da formação e atuação do movimento operário alagoano no contexto da Primeira República (1889–1930), com especial atenção aos mecanismos de organização coletiva, às demandas trabalhistas e à relação entre operários e o Estado.

O autor destaca que a emergência do movimento operário em Alagoas está vinculada à industrialização incipiente e à modernização produtiva, particularmente nas fábricas têxteis de Maceió e adjacências, que criaram novas sociabilidades urbanas e redefiniram a noção de trabalho assalariado. Essa reconfiguração econômica foi acompanhada por um discurso republicano que, embora promettesse a “redenção dos filhos do trabalho”, manteve estruturas de exclusão e subordinação, essas afirmações foram embasadas no trecho abaixo descrito:

É fundamental perceber que havia o entendimento de uma condição social em que existiam dominados. Daí deriva a visão de que o universo político era dividido entre aqueles que se beneficiavam do sistema e os que eram lançados à pobreza. E estes eram os filhos do trabalho. Verificava-se que um grupo era beneficiário dos resultados da produção e que tudo se organizava no sentido de reforçar os níveis de privilégios, gerando uma camada pobre e subalterna: artistas, operários, pobreza em geral. A consagrada expressão “filhos de trabalho” remetia, explicitamente, para o local dominado. Ao lado disto, identificava-se o avassalamento produzido pelo Estado. Pretendia-se superar a situação e daí caminhava-se para a militância em organizações (Almeida, 2022, p.70).

Almeida (2022), argumenta que o movimento operário local desenvolveu repertórios próprios de luta, combinando estratégias formais, como a criação de sindicatos e associações mutualistas, com práticas informais de resistência, como greves, boicotes e manifestações públicas. Tais ações se deram em um cenário marcado pela repressão estatal e pelo controle político das classes dominantes, o que obrigou os trabalhadores a articular suas reivindicações tanto no campo material, melhores salários, redução da jornada, condições dignas de trabalho quanto no campo simbólico, com a afirmação de uma identidade operária.

Nos escritos do autor encontramos respaldo para compreendermos a importância da imprensa operária e de lideranças intelectuais que buscaram articular um projeto político de emancipação

social, dialogando com correntes ideológicas do período, como o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo de inspiração europeia. Contudo, Almeida (2022), observa que tais ideologias foram reinterpretadas de forma pragmática, adaptando-se às especificidades socioeconômicas de Alagoas, conforme destacamos abaixo:

Em primeiro lugar, deve ser considerado que um movimento comunista aconteceu nas Alagoas, na medida direta em que se formalizou em termos de um partido e este era centralizado e posto a nível de uma coordenação internacional do movimento, sob a liderança da União Soviética. Evidentemente, esta assertiva introduz uma série de questões e a mais séria, para o objetivo deste trabalho, consiste em verificar como termos de ação indicadas de fora eram filtradas por diversos níveis organizacionais, até se fazerem alagoanas, até se colocarem dentro da estrutura agrária de Alagoas. Em segundo lugar, convém deixar claro que este partido não se organiza por acaso e nem aparece na vida política de Alagoas como espécie de caso fortuito; havia, portanto, toda uma história da esquerda em Alagoas, da qual neste partido, obrigatoriamente, seria herdeiro. Tanto é assim que alguns de seus primeiros componentes já haviam sido militantes do movimento anarquista e tiveram expressão nos episódios de 1917 e nos de 1919/1920. Em terceiro lugar, devemos levar em conta que o aparecimento de um Partido Comunista em Alagoas representa uma completa inovação dentro do quadro político que delineava. Formaliza, portanto, dentro deste contexto, a existência de uma organização militante, para a qual o sentido da luta de classe era uma questão radical (Almeida, 2022, p.145).

Do ponto de vista interpretativo, o autor se posiciona criticamente frente à narrativa nacional centrada no eixo Rio–São Paulo, evidenciando que, mesmo em regiões periféricas do capitalismo periférico brasileiro, houve intensa atividade operária, capaz de construir pautas próprias e influenciar a vida política local. A análise de Almeida (2022), contribui para compreender o movimento operário alagoano não como um fenômeno secundário, mas como parte constitutiva da história social e política da Primeira República, inserindo-o na historiografia brasileira com certa autonomia e relevância.

Diante dessa interpretação, concorda-se com Luiz Sávio de Almeida no sentido de que o movimento operário alagoano não pode ser compreendido como periférico ou secundário, mas como parte constitutiva das dinâmicas sociais e políticas da Primeira República. Sua análise evidencia que, mesmo em um contexto de industrialização limitada, os trabalhadores foram capazes de construir formas próprias de organização, resistência e identidade de classe, articulando estratégias tanto no campo material quanto no simbólico.

Nesse sentido, a presente pesquisa dialoga diretamente com essa perspectiva ao tomar a Fábrica Cármen como um espaço privilegiado para observar a continuidade e as especificidades dessas dinâmicas no contexto local. Ao analisar o cotidiano operário e as relações sociais construídas em Fernão Velho, evidencia-se que as práticas descritas por Almeida como organização coletiva, resistência e construção identitária não apenas existiram, mas se materializaram de forma concreta no interior da fábrica e na vida comunitária.

Assim, este trabalho avança ao incorporar a dimensão da experiência vivida, articulando a análise historiográfica com a memória e a prática social dos trabalhadores. Dessa forma, busca-se demonstrar que a Fábrica Cármen não foi apenas um espaço produtivo, mas também um território de disputas, sociabilidades e construção de consciência de classe, reafirmando, em escala local, os processos mais amplos discutidos por Almeida (2022), ao mesmo tempo em que evidencia suas particularidades históricas.

Essa discussão dialoga diretamente com o artigo ao oferecer o referencial histórico e teórico que fundamenta a análise proposta. Ao examinar a formação do movimento operário alagoano, suas estratégias de organização e sua relação ambígua com o Estado republicano, o estudo de Luiz Sávio de Almeida (2022), permite compreender como as categorias de “filhos do trabalho”, luta de classes e identidade operária foram construídas e mobilizadas no contexto local. Assim, a obra não apenas contextualiza o cenário político e social em que o artigo se insere, mas também sustenta sua argumentação ao evidenciar que, mesmo em uma região considerada periférica, como é o caso do bairro de Fernão Velho, houve elaboração ideológica, articulação coletiva e protagonismo político dos trabalhadores, elementos centrais para a interpretação desenvolvida no texto.

2.5.2 O estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas:

Este texto teve como base os estudos de Osvaldo Batista Acioly Maciel (2015), (com posterior publicação revisada), que propõe periodizar o surgimento da organização dos trabalhadores em Maceió a partir do mutualismo, identificando-o como a primeira forma estruturada de associativismo de trabalhadores na capital alagoana.

Maciel (2015), introduz a questão como uma hipótese de trabalho, orientada por uma perspectiva dialética que busca articular o local e o nacional. Defende que o mutualismo, manifestado em sociedades de socorro mútuo como a “Sociedade Perseverança” dos caixeiros de Maceió (1879–1917), deve ser compreendido como etapa fundamental na organização operária anterior às formas sindicais modernas.

Segundo os argumentos do autor (Maciel, 2015, p.85), essas associações mutualistas foram não apenas espaços de auxílio material e coletivo, mas também espaços de formação de identidade de classe, proporcionando solidariedade, instrução e ação coletiva. Além disso, essas entidades comprimiam elementos de sociabilidade, cultura política e beneficência num contexto que inspirou, posteriormente, os sindicatos.

Maciel (2015, p.107), destaca ainda que a análise das origens operárias em Alagoas deve considerar esta genealogia associativa, em vez de focar exclusivamente na sindicalização tardia. Ele usa a imprensa operária, relatórios oficiais e documentação local ainda que de forma indireta para

sugerir que o mutualismo foi força fundadora de consciência coletiva e organização, tanto simbólica quanto material.

Esse debate se relaciona diretamente ao nosso trabalho, pois oferece a base interpretativa para compreender as raízes da organização coletiva dos trabalhadores em Alagoas. Ao identificar o mutualismo como etapa fundadora do associativismo operário, Maciel (2015), contribui para ampliar a análise para além da sindicalização formal da Primeira República, permitindo que o estudo reconheça continuidades históricas entre as sociedades de socorro mútuo do final do século XIX e as formas mais estruturadas de militância operária do início do século XX, conforme apresentamos no Quadro I.

Assim, o nosso artigo incorpora essa perspectiva ao evidenciar que a construção da consciência de classe e das práticas organizativas não surgiu de forma abrupta, mas resultou de um processo histórico marcado por experiências associativas anteriores, fundamentais para a consolidação do movimento operário alagoano.

Quadro 1: Sociedades Mutuais de Trabalhadores (Maceió, 1869-1923)

Denominação	Duração
Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos	1869-1897
Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio (dos empregados e operários da Fábrica de Tecidos da Cia. União Mercantil)	1876
Sociedade Recreio Filarmônico	1876-90
Sociedade Montepio São José de Maceió	1876-81
Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió	1879-c.195...
Sociedade de Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió	1882-4
Associação Montepio dos Artistas Alagoanos	1883-c.196...
Sociedade dos Artistas de Maceió [?]	1890
Montepio dos Alfaiates	1898
Montepio dos Operários Cigarreiros de Maceió	1899
Sociedade Beneficente Postal	1911
Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió	1923

Fonte: Maciel (2011, p. 49).

2.5.3 Do tecer da memória ao tecido da história

A pesquisa intitulada *Do tecer da memória ao tecido da história*, de Marcelo Góes Tavares (2016), situa-se no âmbito da historiografia contemporânea ao examinar criticamente as interações entre memória e história na constituição das narrativas sobre o passado social. O estudo questiona a separação convencional que tende a opor memória associada às vivências individuais e coletivas à história enquanto campo disciplinar orientado por métodos e problematizações específicas, defendendo a articulação entre essas esferas como caminho analítico para a compreensão dos processos de construção histórica.

Tavares (2020, p.203), fundamenta sua análise no entendimento de que a memória coletiva não é um dado fixo, mas um tecido dinâmico que se constrói e reconstrói em práticas sociais e culturais, permeado por tensões, conflitos e lutas simbólicas. A partir dessa perspectiva, o autor dialoga nesse artigo com Paul Ricoeur¹, que reconhece a memória como fenômeno social, e contribui com a noção de narrativa como mediação entre memória e história, conforme segue:

É uma forma de crítica da fonte e do testemunho, levando-nos como diria Paul Ricoeur (2007), a confrontá-lo com uma série de outros fatores, como a cena vivida, a reconstrução do vivido pela memória, suas representações, linguagens e discursos. Possibilita-nos um salto das condições formais dos conteúdos e das possibilidades do passado para uma efetiva operação historiográfica, um processo epistemológico que parte da memória declarada, passando pelo arquivo, os testemunhos e documentos, culminando em uma representação historiadora como escrita que ocupa o lugar do passado. (Tavares, 2020, p. 203).

Além disso, a tese enfatiza a importância das fontes orais e dos relatos pessoais, tradicionalmente marginalizados na historiografia clássica, para a reconstrução de histórias subalternas e a democratização da escrita histórica. Essa ênfase se alinha às abordagens da história cultural e social, que privilegiam as experiências vividas e as práticas cotidianas como elementos centrais para a compreensão das transformações históricas.

Na memória, o silêncio dos operários como inscrição do esquecimento é como uma forma de rastro, ou quiçá uma maneira de se apropriar do seu passado, redimindo-se diante das experiências de terror que viveram. Mesmo quando apagado ou profundamente guardado em nossas faculdades cognitivas do inconsciente, deixa sua marca como inscrição interior, ‘um acontecimento que nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito’, abrindo-se ainda à redenção. É o esquecimento que torna possível a memória, um recurso imemorial oferecido ao trabalho de lembrança, ‘tornando o passado citável em cada um de seus momentos’ na escrita da história.” (Tavares, 2016, p. 271).

¹ Ricoeur compreende a memória como fenômeno mediado pela narrativa, sustentando que a escrita da história opera como reconstrução interpretativa do passado, articulando lembrança, testemunho e crítica documental.

O estudo desenvolvido por Tavares (2016), destaca, ainda, a função política da memória na legitimação ou contestação de identidades coletivas, ressaltando que o tecido da história é continuamente tecido por múltiplas vozes e narrativas que dialogam entre si. Essa abordagem contribui para o avanço da historiografia crítica, ao reconhecer a historicidade da memória e a historicização das experiências sociais.

O referencial teórico mobilizado por Tavares (2016) oferece uma articulação entre memória social, hermenêutica narrativa, história cultural e história oral, com forte base em Paul Ricoeur como eixo epistemológico central proposta em *Tecendo histórias: trabalho, resistência operária e o Partido Comunista Brasileiro na Fábrica Cármén, em Fernão Velho – AL (1950-1966)*, especialmente ao reconhecer a memória como dimensão constitutiva da escrita da história. Ao investigar experiências de trabalho e formas de resistência operária no interior de um núcleo fabril, a pesquisa dialoga diretamente com a perspectiva de que o passado social é tecido por múltiplas narrativas, atravessadas por disputas simbólicas e políticas.

Nesse sentido, as lembranças de operários e militantes, bem como as representações construídas em torno da atuação do PCB, não são compreendidas como meros testemunhos subjetivos, mas como expressões históricas situadas, que revelam processos de organização, conflito e construção de identidade de classe.

Além disso, ao privilegiar fontes orais, imprensa operária e registros produzidos pelos próprios trabalhadores, o nosso estudo aproxima-se da proposta de valorização das vozes subalternas defendida por Tavares (2016). A experiência dos operários da Fábrica Cármén, marcada por tensões entre capital e trabalho, repressão política e mobilização comunista no contexto do pós-guerra e do pré-1964, evidencia como a memória coletiva atua na preservação e na ressignificação das lutas sociais.

Assim, o diálogo com a obra de Tavares permite compreender que a história da resistência operária em Fernão Velho não se limita à reconstituição factual dos acontecimentos, mas envolve a análise das formas pelas quais esses acontecimentos foram lembrados, narrados e incorporados à identidade coletiva dos trabalhadores.

As memórias registradas com uso da metodologia da História Oral são compostas por lembranças que se apresentam de forma fragmentada, mas que evidenciam acontecimentos muitas vezes negligenciados em outras formas de registros e fontes pesquisados. O que fortalece as relevantes contribuições da História Oral para a reescrita de uma História Social do Trabalho. (Tavares, 2020, p. 215)

Essa passagem dialoga diretamente com a perspectiva defendida na tese *Do tecer da memória ao tecido da história* (2016), na qual Tavares sustenta que o trabalho historiográfico deve partir da memória declarada e dos testemunhos, confrontando-os com outras fontes, mas sem subalternizá-los. Ao privilegiar fontes orais, imprensa operária e registros produzidos pelos próprios trabalhadores, o

autor aproxima-se de uma proposta de valorização das vozes subalternas, permitindo que sujeitos historicamente silenciados se afirmem como protagonistas de suas próprias trajetórias.

Desse modo, a articulação entre memória e história torna-se eixo metodológico e interpretativo do trabalho, possibilitando examinar como o “tecer” das experiências operárias na Fábrica Carmen compõe um tecido histórico mais amplo, no qual trabalho, militância política e resistência se entrelaçam na construção da história social alagoana.

2.5.4 Os fios tecidos da memória: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL.) - do início dos anos 1950 a 1962

Esta seção tem como referência a tese de Ivo dos Santos Farias (2017), esta pesquisa oferece uma significativa contribuição para a historiografia regional ao reconstruir o passado fabril do bairro de Fernão Velho, em Maceió, durante o período de 1950 a 1962. O autor adota uma abordagem interdisciplinar que combina fontes orais, documentos locais e registros históricos para resgatar a memória coletiva da classe trabalhadora fabril local, um grupo historicamente marginalizado nas narrativas oficiais.

A utilização da memória enquanto fonte histórica exige considerar seu caráter seletivo e interpretativo. Longe de representar reprodução fiel do passado, a narrativa memorialística constitui-se como elaboração construída no presente. Assim, as lembranças foram analisadas criticamente, em diálogo com a documentação disponível e com a produção historiográfica pertinente.

Diante disso, Farias (2017), enfatiza o papel da memória como instrumento para a reconstrução histórica, destacando que a dimensão subjetiva das experiências vividas pelos trabalhadores é fundamental para compreender a dinâmica social, econômica e cultural do processo industrial na região. Tal perspectiva dialoga com os pressupostos da história oral e da história social, na medida em que privilegia relatos pessoais e coletivos para revelar aspectos invisibilizados pela historiografia tradicional.

A memória dos trabalhadores constitui um importante instrumento de reconstrução histórica, pois permite compreender experiências que muitas vezes não aparecem nos documentos oficiais. Ao rememorar suas trajetórias no interior da fábrica e na vila operária, os sujeitos elaboram narrativas que revelam aspectos do cotidiano do trabalho, das relações sociais e das formas de sociabilidade construídas naquele espaço (Farias, 2017, p).

Esse estudo destaca a importância do contexto regional e das transformações econômicas locais para a configuração das relações de trabalho e da organização fabril em Fernão Velho. O autor evidencia como a memória dos operários revela tensões entre as condições laborais, a luta por direitos

e a construção de identidades coletivas, inseridas no processo mais amplo de industrialização tardia do Nordeste brasileiro.

As narrativas dos antigos operários de Fernão Velho revelam que a fábrica não era apenas um espaço de produção econômica, mas também um lugar de construção de vínculos sociais, identidades coletivas e práticas culturais. A memória desses trabalhadores permite perceber como o cotidiano fabril se articulava com a vida no bairro operário, formando uma rede de relações que extrapolava os limites do espaço de trabalho (Farias, 2017).

Nesse sentido, a memória dos operários expõe as contradições entre disciplina fabril, paternalismo empresarial e reivindicações por direitos, inserindo a realidade local no contexto mais amplo da industrialização tardia do Nordeste brasileiro.

Além disso, Farias (2017), discute o desafio metodológico de articular memória e história, reconhecendo a memória como um processo ativo de ressignificação do passado, que se constrói em diálogo com o presente e se manifesta em práticas culturais, sociais e políticas. Essa reflexão reforça a crítica às fontes tradicionais e a valorização da pluralidade das vozes na escrita histórica.

O processo de industrialização em Fernão Velho deve ser compreendido para além dos indicadores econômicos ou da expansão da produção têxtil. As experiências relatadas pelos trabalhadores demonstram que o ambiente fabril era atravessado por tensões, conflitos e negociações permanentes, que envolviam questões relacionadas às condições de trabalho, à disciplina industrial e às estratégias de resistência desenvolvidas pelos operários (Farias, 2017).

Essa reflexão reforça a crítica às fontes tradicionais e valoriza a pluralidade de vozes na escrita histórica, ampliando o campo interpretativo sobre o passado fabril de Fernão Velho.

Em síntese, *Os fios tecidos da memória* constitui uma importante referência para a história social e regional de Alagoas, ao recuperar e analisar as experiências dos trabalhadores fabris de Fernão Velho, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre as especificidades regionais do processo industrial brasileiro e para a valorização da memória operária na construção da história.

Desta forma, enquanto a historiografia nacional, em seus primeiros estágios, privilegiou grandes narrativas institucionais, econômicas ou políticas geralmente baseadas em fontes oficiais e perspectivas macroestruturais, a historiografia regional de Alagoas, como se vê nas obras analisadas, dialoga criticamente com esse modelo. Ela busca reconstruir o passado a partir das margens, valorizando a memória, a oralidade e as práticas cotidianas como fontes legítimas para a escrita da história.

Nesse sentido, é importante destacar que a abordagem de Ivo dos Santos Farias não implica o abandono da análise macroestrutural, mas sim sua reconfiguração a partir da escala local. Embora privilegie a memória e a experiência dos trabalhadores, o autor mantém o diálogo com processos mais

amplos, como a industrialização tardia do Nordeste, as transformações nas relações de trabalho e a inserção regional nas dinâmicas do capitalismo brasileiro. Dessa forma, a análise micro histórica não se opõe à macro análise, mas a complementa, permitindo compreender como esses processos gerais se concretizam no cotidiano dos sujeitos históricos.

Por outro lado, o uso de fontes orais, embora fundamental para dar visibilidade às experiências dos trabalhadores, apresenta limites que devem ser considerados. A memória é seletiva, marcada por esquecimentos, reelaborações e influências do presente, o que exige um tratamento crítico por parte do pesquisador. Assim, como o próprio autor sugere, torna-se necessário confrontar os relatos orais com outras fontes documentais, bibliográficas e históricas de modo a evitar uma leitura idealizada ou unilateral do passado. Portanto, a força da análise reside justamente na articulação entre memória e crítica histórica, garantindo maior consistência interpretativa.

Nesse sentido, a tese de Ivo dos Santos Farias (2017), intitulada *Os fios tecidos da memória: A reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (1950–1962)*, materializa essa virada ao aplicar o método da história oral na recuperação da memória operária alagoana. Seu estudo demonstra que o processo de industrialização nordestino, frequentemente ignorado pelos grandes centros acadêmicos, tem características próprias marcadas por desigualdades regionais, precarização do trabalho e resistência operária. Assim, Farias insere a experiência fabril de Fernão Velho dentro de uma história social plural, que reconhece a diversidade dos processos de modernização no Brasil.

Por isso, a historiografia operária regional, ao se debruçar sobre o passado fabril de Fernão Velho nas décadas de 1950 e 1962, estabelece um diálogo crítico com a produção nacional ao mobilizar categorias analíticas consolidadas, como classe, trabalho e memória. O autor, afasta-se de abordagens generalizantes ao eleger como eixo central as experiências concretas de trabalhadores e trabalhadoras historicamente silenciados, privilegiando fontes orais, memórias individuais e coletivas e registros locais. Tal perspectiva aproxima-se da concepção thompsoniana de classe como um processo histórico vivido, construído nas relações sociais e nas experiências cotidianas, e não como uma categoria abstrata ou meramente estrutural (Thompson, 2002). Nesse quadro interpretativo, evidencia-se um movimento dialético entre estrutura e experiência, no qual as condições materiais impostas pelo processo de industrialização como a exploração do trabalho e as desigualdades regionais não determinam de forma mecânica a ação dos sujeitos, mas são continuamente tensionadas, reinterpretadas e ressignificadas pelos trabalhadores em suas práticas cotidianas e formas de resistência. Tal perspectiva aproxima-se da concepção thompsoniana de classe como um processo histórico vivido, construído nas relações sociais e nas experiências concretas, e não como uma categoria abstrata ou meramente estrutural (Thompson, 2002).

Dessa forma, a memória operária não deve ser compreendida apenas como registro do passado, mas como espaço de mediação entre diferentes temporalidades, no qual se articulam lembrança e experiência, estrutura e agência, evidenciando o caráter dinâmico e contraditório da formação da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, essa produção amplia o escopo da historiografia do trabalho ao descentralizar o eixo tradicional de análise, historicamente concentrado nos grandes centros industriais do Sudeste, conferindo visibilidade e legitimidade às experiências fabris nordestinas. Ao trazer para o centro do debate um bairro operário como Fernão Velho, marcado por relações de trabalho, sociabilidades e formas próprias de resistência, o estudo contribui para a compreensão da diversidade do mundo do trabalho no Brasil, em consonância com a crítica de Hobsbawm às leituras economicistas que reduzem a classe operária à sua função produtiva, desconsiderando dimensões culturais, políticas e simbólicas (Hobsbawm, 2000).

Por fim, ao incorporar a memória popular como fonte histórica e como objeto de análise, a historiografia operária regional contribui para a democratização da escrita da história. A reconstrução do passado fabril de Fernão Velho evidencia que a memória não é mero repositório de lembranças individuais, mas um campo de disputas, seleções e sentidos socialmente construídos. Nesse sentido, conforme argumenta Ivo dos Santos Farias:

A memória operária não pode ser entendida apenas como recordação individual do passado, mas como um processo coletivo de construção de sentidos. Ao narrar suas experiências, os trabalhadores selecionam acontecimentos, reinterpretam episódios e atribuem novos significados às suas trajetórias, produzindo versões do passado que dialogam com as disputas e os interesses presentes na sociedade (Farias, 2017).

Diante disso, a tese de Farias (2017), fornece subsídios para compreender como os trabalhadores narram suas trajetórias e percebem as relações de poder no ambiente fabril, elementos que ajudam a interpretar as bases subjetivas da resistência. Ao mapear o cotidiano fabril, Farias (2017) oferece o pano de fundo necessário para analisar como se constituíram redes de sociabilidade que possibilitaram a inserção e a atuação do PCB. Nosso estudo permite identificar permanências e transformações nas formas de resistência operária, especialmente quando seu recorte é ampliado até o período pós-1964, que extrapola a investigação do citado autor.

Assim, Farias (2017), não apenas complementa a nossa pesquisa, mas fundamenta historicamente a compreensão do universo social e simbólico no qual se teceram as práticas de trabalho, militância e resistência na Fábrica Cármen, fortalecendo a análise da articulação entre memória, luta operária e política partidária no contexto alagoano.

Diante disso, a tese de Farias (2017) fornece subsídios para compreender como os trabalhadores narram suas trajetórias e percebem as relações de poder no ambiente fabril, elementos que ajudam a interpretar as bases subjetivas da resistência. Ao mapear o cotidiano fabril, Farias (2017) oferece o pano de fundo necessário para analisar como se constituíram redes de sociabilidade que possibilitaram a inserção e a atuação do PCB. Nosso estudo permite identificar permanências e transformações nas formas de resistência operária, especialmente quando seu recorte é ampliado até o período pós-1964, que extrapola a investigação do citado autor.

Nesse sentido, a análise não se restringe à dimensão empírica da experiência operária, mas se insere na compreensão do modo de produção capitalista como totalidade histórica. Conforme sugere Karl Marx nos *Grundrisse*, a realidade social é constituída por uma multidimensionalidade de determinações, na qual as relações sociais de produção articulam, de forma dinâmica e contraditória, aspectos econômicos, políticos e simbólicos. Assim, o cotidiano fabril de Fernão Velho pode ser compreendido como espaço em que se entrelaçam exploração do trabalho, formas de sociabilidade, construção de consciência e práticas de resistência.

Assim, Farias (2017) não apenas complementa a nossa pesquisa, mas fundamenta historicamente a compreensão do universo social e simbólico no qual se teceram as práticas de trabalho, militância e resistência na Fábrica Cármen. Ao mesmo tempo, ao incorporar essa perspectiva multidimensional, fortalece-se a análise da articulação entre memória, luta operária e política partidária no contexto alagoano, evidenciando que a resistência dos trabalhadores não se explica por um único fator, mas pelo entrecruzamento de múltiplas determinações históricas.

3. A FÁBRICA CÁRMEN E O BAIRRO FERNÃO VELHO: ESPAÇO E COTIDIANO OPERÁRIO

A consolidação da indústria têxtil em Alagoas deve ser compreendida no interior das transformações econômicas do Nordeste ao longo do século XX, marcadas pela articulação entre capital industrial, mão de obra local e políticas de modernização produtiva. Nesse cenário, a Fábrica Cármén se insere como empreendimento estratégico, cuja atuação extrapolava os limites da produção, influenciando diretamente a organização social de Fernão Velho.

Neste momento vamos trazer o histórico do bairro e da fábrica que, inicialmente chamada Companhia União Mercantil foi fundada no século XIX, mais precisamente em 1857, iniciou suas atividades em 1864, em Fernão Velho, Maceió/AL e funcionou por 146 anos, encerrando suas atividades em 2010. A fábrica mudou de nome e proprietários ao longo de sua história, sendo conhecida como Fábrica Cármén a partir de 1943, se estabeleceu como um importante polo têxtil em Alagoas, sendo responsável por gerar empregos e transformar profundamente o cotidiano do bairro Fernão Velho. Sua localização estratégica, às margens da Laguna Mundaú e com linha férrea, favoreceu o crescimento urbano e industrial da região.

O cotidiano dos operários era marcado por longas jornadas de trabalho, baixos salários e rígido controle disciplinar. Essas práticas cotidianas não devem ser compreendidas apenas como mecanismos produtivos, mas como instrumentos de controle social e disciplinamento da força de trabalho. O espaço fabril configurava-se, portanto, como ambiente de formação de subjetividades, no qual se produziam tanto a obediência quanto as condições para a resistência. Fora da fábrica, criavam-se redes de solidariedade entre vizinhos, familiares e colegas de trabalho, fortalecendo os laços comunitários. Entre as décadas de 50 e 60, do século XX, o Bairro de Fernão Velho era um lugar especial por dispor de tudo que uma comunidade precisava, apresentava uma estrutura comunitária autossuficiente: trabalho, moradia, água, energia, saúde, educação, religiosidade, cultura, esporte e lazer, meios de transporte e uma comunidade formada por pessoas com afinidade entre si, sob a mesma influência cultural e histórica onde todos os vizinhos se conheciam. Assim era Fernão Velho. (Tavares, 2013; Farias, 2017).

Neste cenário, a comunidade contava com uma farmácia central que financiava e distribuía medicamentos de forma gratuita, médicos clínicos para consulta, vacinação da população e inclusive maternidade para as gestantes terem seus filhos. Havia no local um posto do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), o sindicato dos trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de Fernão Velho e a Caixa Beneficente, a feira livre onde se comercializava todos os produtos que a comunidade precisava, a estação do trem urbano inaugurada em 1884 e que hoje faz parte da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), e o transporte coletivo através dos ônibus ligando Fernão Velho à Maceió. Com relação ao esporte e o lazer foram construídos uma sede esportiva, uma quadra de esportes onde se praticava futebol de salão com vários times, sendo que o mais famoso era o Juventus e o recreio operário para as festividades, onde ocorriam bailes, formaturas e aniversários dentre outras festividades.

Outro aspecto de grande importância para a comunidade e que atraía um grande número de participantes de outras localidades de Alagoas eram as festas tradicionais da igreja católica, a matriz de São José Operário, realizadas durante o natal, as festas juninas de Santo Antônio, São João e São Pedro e o carnaval com o bloco tradicional denominado de “ferrugem”² da Fábrica.

Alguns moradores do local iniciaram a atividade de pesca, visto que Fernão Velho é banhado pela Laguna Mundaú, desta forma, surgiu na localidade o porto do sururu e de pescados com vasta produção pesqueira que ali eram comercializados para os moradores do distrito e dos bairros próximos.

Convém ressaltar que Fernão Velho era um distrito vibrante, tínhamos um Cine Teatro, onde eram exibidas apresentações culturais e produções cinematográficas do Brasil e do exterior.

Esta seção busca resgatar, a partir de estudos sobre o processo de industrialização em Alagoas e memórias locais, a dinâmica entre a fábrica e o bairro, evidenciando o cenário no qual a resistência operária viria a se desenvolver.

Esse era o contexto local, mas não isolado. Fernão Velho estava inserido nas transformações do capitalismo brasileiro, nas tensões do movimento operário e no cenário político nacional que culmina em 1964. Por isso, eu trabalho com a articulação entre o local e o nacional, entendendo esse cotidiano como parte de uma totalidade histórica mais ampla.

É importante destacar que esse cotidiano aparentemente autossuficiente não se desenvolvia de forma isolada, mas estava inserido em um contexto mais amplo de transformações econômicas,

² “Ferrugem” foi um bloco carnavalesco formado por operários da oficina da Fábrica Cármem, representando uma prática de sociabilidade e expressão cultural vinculada ao cotidiano do trabalho e à vida comunitária em Fernão Velho.

sociais e políticas que marcaram o Brasil nas décadas de 1950 e 1960. O funcionamento da Fábrica Cármen e a organização social de Fernão Velho articulavam-se às dinâmicas do modo de produção capitalista, às desigualdades regionais do processo de industrialização e às tensões entre capital e trabalho. Ao mesmo tempo, esse período foi marcado pelo crescimento das mobilizações operárias, pela atuação do Partido Comunista Brasileiro e pela intensificação dos conflitos sociais, especialmente no contexto das reformas de base do governo de João Goulart, interrompidas pelo Golpe Civil-Militar de 1964. Dessa forma, o cotidiano operário em Fernão Velho deve ser compreendido como parte de uma totalidade histórica mais ampla, na qual se entrecruzam dimensões locais e nacionais, estruturais e experienciadas.

3.1 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E SUA ATUAÇÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO TÊXTIL DO NORDESTE

Os sindicatos no Brasil surgiram no final do século XIX, impulsionados pelas más condições de trabalho, mudanças econômicas e pela consolidação do capitalismo com a formação da classe operaria e suas primeiras organizações independentes. Mas, a partir de década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, o Estado passou a controlar e moldar o sindicalismo, com a criação do Ministério do Trabalho e a implementação de leis que restringiam a autonomia dos sindicatos independentes, neste sentido encontramos apoio em Farias (2014, p. 120) quando afirma que:

[...] O Sindicato, por exemplo, está atrelado ao controle estatal desde 1931, com a política de sindicalização, criada por Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, a qual foi estabelecida para vigiar e controlar os trabalhadores, mantendo-os sobre a política de conciliação entre o capital e o trabalho. Essa mesma política continua a reger-se também no período em que estudamos [...] (Farias, 2014, p.120).

O autor reforça ainda que

[...] Devemos estar cientes de que os organismos sobre os quais estão conectados os trabalhadores de Fernão Velho, entre meados da década de 1960, ou seja, o Sindicato dos Trabalhadores e o Partido Comunista Brasileiro conectam-se a ordens e circunstâncias políticas nacionais e internacionais: o que não significa que isso se segue à risca, mas que o peso dos organismos centrais interfere significativamente para a forma de ação dos organismos locais [...]

Deste modo o PCB foi fundado em 1922³, atuando na clandestinidade enfrentou desafios e perseguição política, mas buscou organizar a classe trabalhadora e lutar por reformas sociais e só em

³ O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, constituiu-se como uma das principais organizações políticas voltadas à mobilização da classe trabalhadora no Brasil durante o século XX. Inspirado nas diretrizes do movimento comunista internacional e vinculado à Internacional Comunista, o partido buscou estruturar formas de organização sindical e política entre operários urbanos e trabalhadores rurais. No Nordeste, especialmente em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, sua atuação esteve associada à difusão de ideias reformistas e revolucionárias, bem como à participação em movimentos políticos de oposição ao governo de Getúlio Vargas. Entre esses episódios destaca-se a insurreição de 1935, conhecida como Levante Comunista, que resultou em forte repressão estatal e marcou profundamente a trajetória do partido e do movimento operário brasileiro.

1945, consegue o registro e passa a ser legalmente reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conforme Majella (2025, p.25):

[...] No dia 3 de setembro de 1945, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou com o pedido de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 10 de novembro, o tribunal concede o registro e o PCB passa a funcionar legalmente. O partido tinha sido fundado em março de 1922, portanto, já existia há vinte e três anos com atuação clandestina [...]

Neste contexto, Vinhas (1982) citado por Majella (2025, p. 25) destaca que,

[...] O PCB, ao obter o registro, entra numa curva de ascensão na sociedade brasileira, como indicam os números registrados no TSE: na clandestinidade, tinha pouco mais de mil filiados e, em menos de dois anos, atinge a marca de 200 mil filiados, quando o registro foi cassado em 1947 [...]

Ao constatar o crescimento do número de filiados no PCB em apenas dois anos, o governo brasileiro da época sentiu-se ameaçado devido acusações contrárias à ordem constitucional e aos princípios democráticos e de ligação com a União Soviética e de promover a luta de classes e cassou o registro do PCB, jogando-o na clandestinidade novamente.

O citado partido foi um dos primeiros partidos com abrangência nacional e o Nordeste, especialmente em Pernambuco, foi um local importante para a sua formação e a conscientização da classe trabalhadora, foi palco de importantes eventos como a participação no Levante Comunista de 1935⁴ (tentativa de tomada do poder pelos comunistas), embora reprimida. O PCB buscava organizar trabalhadores rurais e urbanos. Apesar das dificuldades, O PCB deixou um legado importante na região, com a formação de lideranças, a organização de movimentos sociais e a luta por reformas políticas e sociais (Majella, 2025).

A década de 1950 foi marcada por uma reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, mesmo na clandestinidade, manteve forte atuação em sindicatos, associações de bairro e movimentos estudantis. No Nordeste, o PCB buscava articular os trabalhadores urbanos e rurais, fomentando a consciência de classe e a luta por melhores condições de vida.

Em Alagoas, apesar das dificuldades impostas pela repressão, o partido atuou junto a operários de fábricas, como a Cármem, influenciando suas práticas de organização e resistência. Esta seção discute o contexto histórico e político nacional e regional da esquerda brasileira e dos sindicatos,

⁴ A Coluna Prestes constituiu um dos mais significativos movimentos de contestação política da Primeira República brasileira (1889–1930). Organizada a partir da articulação de setores do movimento tenentista, a coluna percorreu extensas regiões do território nacional entre 1925 e 1927, denunciando práticas oligárquicas, fraudes eleitorais e desigualdades sociais, além de defender reformas políticas e institucionais. Sobre a trajetória do movimento, seus desdobramentos e sua inserção no contexto das lutas políticas da época, ver: Anita Leocádia Prestes. *Uma epopeia brasileira: a Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2015, obra que reúne documentação, memórias e análise historiográfica acerca do percurso da coluna e de sua liderança, especialmente a figura de Luís Carlos Prestes.

destacando as estratégias do PCB para construir sua política em espaços de trabalho e nas comunidades operárias.

Embora o Partido Comunista Brasileiro tenha desempenhado papel relevante na formação política de parte dos trabalhadores, é importante reconhecer que a mobilização operária não se reduziu à atuação partidária. As experiências de exploração, solidariedade e conflito no interior da fábrica também foram elementos estruturantes na construção da consciência coletiva.

3.2 O MOVIMENTO, RESISTÊNCIA OPERÁRIA E CONFLITOS SOCIAIS EM FERNÃO VELHO.

Os conflitos acumulados ao longo da década anterior, somados ao fortalecimento das redes de sociabilidade e organização política, criaram as condições para a eclosão de um movimento grevista de maior envergadura. A greve de 1962, portanto, não foi evento isolado, mas expressão de um processo histórico em maturação.

As formas de resistência dos operários da Fábrica Cármen incluíam desde ações silenciosas, como a desaceleração do ritmo de trabalho, até protestos organizados, como paralisações e denúncias públicas. A repressão patronal, aliada à vigilância estatal, buscava coibir tais iniciativas, o que tornava o ambiente ainda mais conflituoso (Farias, 2014).

Fora da fábrica, a resistência também se manifestava em um espaço alternativo denominado de Senado⁵, onde eram realizadas reuniões clandestinas e articulações com outros grupos da classe trabalhadora. Esta seção analisa essas práticas de resistência, suas motivações e os enfrentamentos gerados.

Nesse contexto, a atuação do Partido Comunista Brasileiro não se deu de forma externa ou ocasional, mas por meio de uma inserção orgânica no cotidiano operário. Seus militantes atuavam tanto no interior da fábrica quanto nos espaços de sociabilidade e organização, como o sindicato e as reuniões clandestinas, contribuindo para a formação de uma consciência política entre os trabalhadores. A difusão de ideias por meio da imprensa operária, como o jornal *A Voz do Povo*, bem como a participação ativa em assembleias e articulações coletivas, possibilitaram a construção de estratégias de resistência que iam desde ações cotidianas até a organização de movimentos grevistas. Dessa forma, o PCB exerceu papel relevante na mediação entre as condições objetivas de exploração e a elaboração de respostas coletivas por parte dos operários, influenciando diretamente o grau de mobilização e enfrentamento observado na Fábrica Cármen.

⁵ O Senado comporta o espaço mais autônomo e original dos interesses da classe trabalhadora de Fernão Velho, por se manter como organização não institucional que busca alternativas para a luta classes.

Há registros na literatura da atuação comunista do operário Sílvia da Rocha Lira⁶, o qual agia dentro e fora da fábrica, como um ato de resistência política de esquerda, contrária ao controle patronal aos operários que desta forma driblam o isolamento social estratégico imposto pelo patronato como forma de disciplina, exploração e domínio aos mais variados aspectos da vida operária, neste aspecto nos fundamentamos em Farias (2014, p.133) quando afirma que:

Nesse meio, um membro do PCB bastante envolvido na relação comunista em Fernão Velho é o operário conhecido por Sílvia Lira. Encontrei vários registros de sua atuação tanto nas atas de reunião do sindicato de Fernão Velho, como no jornal comunista A Voz do Povo. No ano de 1953, conseguimos localizar várias provas de sua participação nas reuniões do Sindicato de Fernão Velho. Chama-nos a atenção o fato de ele apresentar postura mais radical e de enfrentamento contra o posicionamento conformista de alguns sindicalistas, incluindo o próprio presidente do Sindicato.

A resistência operária e os conflitos sociais na Fábrica Cármem, em Fernão Velho, foram marcadas nas lutas por melhores condições de trabalho, salários e reconhecimento dos direitos trabalhistas, especialmente durante a década de 1960. Impulsionados por essas lutas deflagrou-se uma greve em 1962, motivada pela manipulação de teares e reivindicações salariais, foi um exemplo notável de mobilização operária, com a participação ativa do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e o acompanhamento da imprensa local (Majella, 2025).

Ocorreu nesta época uma repressão policial com a presença de carros da Rádio Patrulha em Fernão Velho, durante a greve demonstravam a tensão, a repressão estatal aos movimentos grevistas e o conflito entre operários e a direção da fábrica, com a imprensa tentando construir um cenário de perigo para justificar a ação policial (Farias, 2014; Majella, 2025).

Nesse cenário, a greve que paralisou o setor de tecelagem, foi um marco na história da fábrica, destacando a luta por melhores condições de trabalho e salários. Os operários reivindicavam, entre outras coisas, a redução do número de teares manipulados por operários e melhores salários. A greve e a luta dos operários na fábrica Cármem tiveram repercussão em outras fábricas, servindo de exemplo e inspirando para outras paralisações na região.

Diante desse contexto, convém recordarmos a pergunta norteadora deste estudo, o qual busca compreender qual a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Fábrica Cármem, no período entre 1950 e 1966? que se desdobrou em: de que maneira sua atuação interferiu nas relações

⁶ Sílvia da Rocha Lira, operário têxtil, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e uma das lideranças da resistência ao regime ditatorial civil-militar instalado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 (Lima; Tavares, 2025, p.1).

estabelecidas entre patrões e operários? e quais foram os impactos sociais e políticos decorrentes dessa presença na comunidade de Fernão Velho? Que serão discutidas na próxima seção.

3.3 A INFLUÊNCIA DO PCB EM FERNÃO VELHO E NA FÁBRICA CÁRMEN

A inserção do PCB⁷ na Fábrica Cármén não se deu de forma abrupta, mas sim por meio da atuação silenciosa e articulada de seus militantes, alguns deles operários da própria fábrica. O partido promovia debates políticos, distribuía panfletos e incentivava ações coletivas, como greves e abaixo-assinados.

A influência do PCB contribuiu para a politização das relações de trabalho, confrontando o poder patronal e propondo alternativas organizacionais. Esta seção apresenta os tópicos da atuação partidária na fábrica e em Fernão Velho e como isso alterou a dinâmica interna da produção e das relações entre patrão e empregados. Nesta direção tomamos como base Melo (2012, p.104),

[...] No dia 25 janeiro de 1951, aconteceu uma reunião preparatória para um congresso sindical, em Fernão Velho, com o tema “luta em defesa da paz”. Com a participação da vanguarda da classe operária e comunista: Renalvo Siqueira dos Santos, Osvaldo Nogueira de Oliveira, Carlindo Marques dos Santos e Jaime Miranda. Diz ainda que foram recebidos com carinho pelos operários e quando já havia iniciado a conversa “chegou quatro praças da polícia” tentando impedir a fala dos oradores, no entanto, “os policiais que estavam a mando do patronato não conseguiram impedir a palestra que continuou a ser proferida”. Ao final, os operários de “Fernão Velho” escolheram os companheiros que deviam participar como delegados a I Conferência Sindical” [...], (grifos do autor).

Esse cenário se desenvolveu principalmente durante o período de 1951-1961, com o crescimento de atividades comunistas entre os trabalhadores urbanos. A atuação do PCB dentro da fábrica era focada na organização do proletariado e na luta por direitos trabalhistas, buscando refletir os teóricos, Karl Marx e Friedrich Engels. Apesar de não haver provas concretas de que as atividades do PCB dentro da fábrica tivessem prejuízos diretos na produção, a presença e influência dos membros do partido comunista eram notáveis como: Jayme Miranda (jornalista e advogado), Nílson Miranda (vereador), Dirceu Lindoso (historiador e etnógrafo), Sílvio da Rocha Lira (operário e membro do PCB) e o Laranjeira (operário e ativista do PCB).

3.4 IMPACTOS SOCIAIS DA ATUAÇÃO DO PCB E DA RESISTÊNCIA OPERÁRIA EM FERNÃO VELHO E NA FÁBRICA CÁRMEN.

⁷ A experiência da Coluna Prestes (1924-1927), liderada por Luís Carlos Prestes, constituiu um dos episódios mais significativos das revoltas tenentistas no Brasil. Embora inicialmente vinculada a um movimento de caráter militar e reformista, a trajetória posterior de Prestes aproximou-se do movimento comunista internacional, levando-o a ingressar no Partido Comunista Brasileiro na década de 1930. Essa aproximação contribuiu para que setores do movimento operário e das organizações populares passassem a incorporar pautas relacionadas à justiça social, à organização sindical e à ampliação dos direitos dos trabalhadores. Nesse contexto, a memória da Coluna Prestes e a atuação política de seu líder tornaram-se referências importantes para a militância de esquerda no país, influenciando processos de mobilização social e política ao longo do século XX.

Esta seção buscou identificar esses impactos sociais locais, observando a fábrica não apenas como local de trabalho, mas como centro irradiador de transformações sociais e culturais no bairro.

De acordo com Farias (2014), a instalação da Fábrica Cármen, e das moradias dos operários em Fernão Velho, foi estrategicamente pensada pelos industriais na busca pelo relativo isolamento geográfico e social com,

“[...] pouca circulação de pessoas e com escassa habitação[...]” ou seja, “[...] lugares onde não existem os riscos da cidade grande, já que essa é vista como lugar de contaminação de doenças, de falta de higiene, de desorganização e de constantes conflitos entre as classes sociais” (Farias, 2014, p.74).

O autor (2014, p.77), refere-se ainda a construção de enfermarias para o atendimento dos trabalhadores doentes, refeitório e dormitórios para os que não tinham moradias no local, ou seja, a administração da Fábrica investiu na construção de um local que abrigava não só o trabalho, como também atendia as condições para seu proletariado permanecer na “cidade da fábrica” (grifo do autor), inclusive do tempo fora do trabalho, promovendo lazer, esportes, cinema, teatro, grupo de escoteiros, bombeiros, grupos religiosos católicos, banda de música composta por operários dentre outros.

Para além das “benesses” proporcionadas pela Fábrica Cármen, aos operários estes não se mantinham isolados ou desprovidos dos acontecimentos local, estadual ou internacional, no que se refere a organização operária, aos direitos e na resistência ao controle do patrão, pelas condições de salário e pela condição de vida que eram submetidos (Farias, 2014, p.82).

Outro ponto importante, é que os trabalhadores tinham consciência do seu papel de proletário em Alagoas e a nível nacional, com a participação em importantes eventos políticos de interesse da classe que ocorriam fora do ambiente fabril.

Nesse sentido, a consciência de classe dos trabalhadores não se manifesta de forma abstrata, mas pode ser identificada em suas práticas, discursos e formas de organização. Conforme sugere E. P. Thompson, a classe se constitui historicamente a partir das experiências vividas e das relações sociais estabelecidas. No caso de Fernão Velho, essa consciência se evidencia na participação ativa dos operários em mobilizações coletivas, como a greve de 1962, na atuação sindical e na capacidade de articular suas demandas para além do espaço fabril.

Além disso, ao expressarem posicionamentos políticos em veículos como o jornal *A Voz do Povo* e ao participarem de debates sobre eleições e direitos trabalhistas, os operários demonstravam não apenas conhecimento de sua condição, mas também uma leitura crítica das relações de poder que os envolviam. Dessa forma, a consciência de classe se revela como um processo em construção, no

qual os trabalhadores reconhecem sua posição no sistema produtivo, identificam interesses comuns e elaboram estratégias coletivas de resistência.

A importância desses trabalhadores era refletida pelo próprio Jornal do Partido Comunista, A Voz do Povo, que publicou os comentários de um dos operários sobre as eleições de governador do Estado e para a presidência da República, em defesa de uma pauta mais alinhada com os interesses do povo, nesse sentido o autor declara que: “[...] o grupo tinha consciência e conhecimento quanto aos seus deveres e direitos enquanto trabalhadores têxteis sabendo onde e a quem recorrer pondo em xeque tanto o possível imobilismo sindical quanto a política de isolamento estabelecida pelos industriais” (Farias, 2014, p.84).

A influência do PCB em Fernão Velho e na Fábrica Cármen, se deu nas reuniões do Sindicato da categoria têxtil e na comunidade de forma discreta embora sempre vigiados pela polícia estadual e o controle vigilante da fábrica. Essa vigilância provocou as prisões de líderes do PCB, no citado bairro como: Jaime Amorim de Miranda, preso em 31/01/1951, detido durante a posse do governador Arno de Mello, Wilson Caetano, José Barbosa, Ailan Procópio, José Vieira e Tibúrcio Tenório das Neves, motivadas pela venda do jornal “A voz do povo” (Majella, 2025, p.146).

A presença do PCB revelou-se fundamental para o processo de formação da consciência política e da identidade coletiva da classe operária de Fernão Velho. Sua atuação ultrapassou a dimensão estritamente partidária, incidindo diretamente sobre as formas de organização, mobilização e articulação das reivindicações trabalhistas no interior da Fábrica Cármen e no próprio bairro operário. Esse processo de politização contribuiu decisivamente para a deflagração da greve de 1962, momento em que as tensões acumuladas nas relações de trabalho ganharam expressão pública e coletiva. Além disso, diante dos mecanismos de vigilância e controle exercidos tanto pelo patronato quanto pelo Estado, especialmente sobre o sindicato, os operários criaram um espaço extra institucional de debate e deliberação, denominado “Senado”. Esse espaço funcionava como instância alternativa de organização, permitindo que os trabalhadores discutissem suas demandas e estratégias de luta de forma mais autônoma, contornando a fiscalização patronal e a repressão estatal (Farias, 2014, p.139).

Dessa forma, a atuação do PCB não apenas influenciou episódios específicos de mobilização, como a greve de 1962, mas também contribuiu para a consolidação de práticas políticas próprias e para o fortalecimento de uma cultura de resistência operária em Fernão Velho.

Dessa maneira, a chamada cultura de resistência operária em Fernão Velho pode ser compreendida como um conjunto de práticas, valores e formas de organização construídas historicamente pelos trabalhadores no enfrentamento às condições de exploração. Essa cultura se

manifestava tanto em ações coletivas mais visíveis, como a greve de 1962 e as mobilizações sindicais, quanto em práticas cotidianas de solidariedade, articulação política e circulação de informações.

Além disso, expressava-se na criação de espaços autônomos de debate, como o “Senado”, na participação em atividades políticas e na capacidade dos trabalhadores de interpretar criticamente sua realidade, reconhecendo seus direitos e interesses coletivos. Mesmo diante da repressão estatal e do controle patronal, os operários mantiveram e reproduziram essas práticas, consolidando uma tradição de luta que ultrapassou episódios pontuais.

Nesse sentido, a cultura de resistência não se limita ao momento da greve, mas constitui um elemento estruturante da identidade social de Fernão Velho, sendo transmitida por meio da memória operária e influenciando outras experiências de mobilização no contexto alagoano.

Inferimos que a atuação política dos operários e do PCB reverberou na vida cotidiana de Fernão Velho, tiveram impactos sociais significativos na região, moldando a identidade do bairro e influenciando lutas por direitos trabalhistas. A luta por direitos e cidadania foi marcada por greves, manifestações e embates com as autoridades. Essas ações, embora tenham enfrentado repressão violenta, deixaram um legado de luta por direitos, dignidade e melhores condições de trabalho, influenciando outras categorias de trabalhadores e reverberando em outros momentos de luta social. Essa cultura de resistência se manifesta em diferentes formas, como a valorização da memória histórica, a participação em movimentos sociais, demonstra a importância da luta como um marco na história do movimento operário em Alagoas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender a Fábrica Cármén como espaço de produção econômica e, simultaneamente, de construção de identidades, conflitos e práticas de resistência. O mundo do trabalho em Fernão Velho revelou-se, assim, território de disputas simbólicas e materiais, no qual se entrelaçaram disciplina, solidariedade e organização política.

Nossa pesquisa demonstrou que o Partido Comunista Brasileiro exerceu papel decisivo na politização do operariado da Fábrica Cármén, contribuindo diretamente para a formação de uma cultura de resistência no bairro de Fernão Velho entre 1950 e 1966. A atuação do PCB influenciou não apenas as relações de trabalho, mas também a organização da vida comunitária, reafirmando o vínculo entre cotidiano fabril, sociabilidade operária e disputas políticas mais amplas do século XX no Brasil.

Os impactos dessa presença se manifestam em múltiplas dimensões: no fortalecimento da consciência de classe, na mobilização por direitos trabalhistas, na criação de redes de solidariedade e na construção de um repertório próprio de resistência. Esses elementos dialogam com o contexto nacional de repressão, exploração e controle estatal das organizações de trabalhadores, marcados pelas ambiguidades do populismo, pelo sindicalismo atrelado ao Estado e, posteriormente, pela intensificação da vigilância com a preparação para o golpe militar de 1964. Assim, a experiência de Fernão Velho revela como as dinâmicas locais estão profundamente conectadas às transformações políticas e sociais do país.

A Fábrica Cármén, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como unidade produtiva, mas como um espaço de sociabilidade, formação e conflito. Seu papel ultrapassou o âmbito

econômico e consolidou-se como núcleo de efervescência política, no qual operários muitas vezes apoiados por lideranças ligadas ao PCB enfrentaram estruturas de dominação patronal e mecanismos de controle estatal. Greves, assembleias clandestinas, discussões políticas e práticas cotidianas de resistência evidenciam a capacidade de organização dos trabalhadores mesmo em contextos de vigilância e repressão.

A repressão policial, as estratégias de silenciamento e a criminalização das lutas operárias, embora duras, não foram suficientes para neutralizar a memória nem o significado histórico dessas experiências. Pelo contrário, reforçam uma identidade coletiva de resistência que ainda hoje marca a comunidade de Fernão Velho e integra o patrimônio histórico-social de Alagoas. Essa memória operária, preservada pelas narrativas, pelas sociabilidades e pela literatura especializada, contribui para preencher lacunas historiográficas sobre o movimento operário nordestino, tradicionalmente menos visibilizado pela produção acadêmica nacional.

A análise aqui desenvolvida evidencia, portanto, que a atuação do PCB em Fernão Velho não apenas influenciou o cotidiano e as relações de trabalho, mas também deixou um legado significativo para a compreensão da história social do trabalho em Alagoas. A partir da revisão de literatura, foi possível identificar convergências, contradições e lacunas entre as diferentes interpretações historiográficas, demonstrando que a experiência da Fábrica Cármem dialoga de maneira crítica e por vezes singulares com a historiografia clássica do movimento operário brasileiro.

Em síntese, ainda que o estudo se baseie majoritariamente em fontes secundárias devido à escassez de documentos primários, os resultados obtidos confirmam a relevância da pesquisa. O caso de Fernão Velho amplia as perspectivas sobre as formas de resistência operária e sobre a presença comunista em espaços industriais periféricos, contribuindo para a valorização e o reconhecimento da história social e política de Alagoas.

A ampliação do recorte temporal até o encerramento das atividades da Fábrica Cármem, em 2010, apresenta-se como possibilidade fecunda para investigações futuras. Dessa forma, a continuidade desta pesquisa, especialmente no período posterior ao fechamento da Fábrica Cármem em 2010, abre um campo profícuo de investigação no âmbito da história pública, da memória social e do patrimônio industrial. Ao deslocar o foco da organização operária e da cultura de resistência para os processos contemporâneos de rememoração, torna-se possível problematizar como a comunidade de Fernão Velho ressignifica hoje o passado fabril, se a antiga Fábrica Cármem é reconhecida como patrimônio histórico e quais iniciativas formais ou informais têm sido mobilizadas para preservar a memória operária local. Tal perspectiva permitiria compreender as disputas em torno do esquecimento e da valorização desse legado, bem como analisar de que maneira as novas gerações se relacionam com essa herança social e simbólica. Assim, o estudo poderia avançar para uma reflexão

mais ampla sobre memória coletiva, identidade e patrimônio industrial em Alagoas, ampliando sua contribuição para a historiografia regional ao articular passado, presente e os usos sociais da história.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o aprofundamento dos estudos sobre história do trabalho em Alagoas, estimulando novas investigações que ampliem o diálogo entre memória, documentação e análise historiográfica, especialmente no que se refere às experiências operárias do Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. de. **Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas**. 3. ed. Maceió, AL: Edufal; Fapeal, 2022.
- FARIAS, I. dos S. **Os fios tecidos da memória: a reconstrução do passado fabril de Fernão Velho (Maceió-AL): do início dos anos 1950 a 1962**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2017.
- FARIAS, I. dos S. **Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho – Maceió/AL**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LIMA, E. S. A.; TAVARES, M. G. **A ATUAÇÃO DO ALAGOANO SILVIO LIRA NA RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA**. In: Seminário de ensino, pesquisa e extensão - SEPEX - Uneal - 2025 - Arapiraca, 2025. “Disponível em:” <https://doity.com.br/anais/sepex-uneal-2025/trabalho/463244>. “Acesso em:” 02 mar. 2026.
- MACIEL, O. B. A. **Para o estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas: periodizando o mutualismo**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande: EDUEPB, 2015.

MACIEL, O. B. A. **A Perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)**. Recife: Edufpe, 2011.

MAJELLA, G. de. **A Voz do Povo: a história do jornal que sobreviveu à violência de governadores, formou profissionais e provocou a fúria da elite de Alagoas**. Maceió (AL): Cepal, 2025.

MELO, A. de S. **Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)**. 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. “Disponível em:” https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10951/1/Airton%20Melo%20operarios%20texteis%20em%20alagoas%20-%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20sindical%20repress%C3%A3o%20e%20vida%20na%20f%C3%A1brica%20_1951-1964_.pdf. “Acesso em:” 22 fev. 2026.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

TAVARES, M. G. **Histórias e memórias de operários têxteis: cenas da cultura fabril e cotidiano em Fernão Velho – AL (Anos 1930–1960)**. *História Oral*, v. 23, n. 2, p. 201–220, 2020.

TAVARES, M. G. *Do tecer da memória ao tecido da história* (2016).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 3 v.